

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.018.357 - BA (2016/0303614-2)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : JOÃO CARLOS GALLEGOSOTO ME
ADVOGADO : TAURINO ARAUJO NETO E OUTRO(S) - BA012789
AGRAVADO : BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA
ADVOGADO : POTIGUARA PEREIRA CATAO DE SOUZA E OUTRO(S) - BA007230

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial, fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por JOÃO CARLOS GALLEGOSOTO ME contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, assim ementado (fl. 420):

"APELAÇÃO CÍVEL. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO OBJETIVANDO A RESCISÃO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO E REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. POSSIBILIDADE. SÚMULA 93/STJ. TAXA DEL CREDERE. LEGALIDADE DE SUA APLICAÇÃO. LIMITAÇÃO DA TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS A 12 % AO ANO. LEI DE USURA. APLICAÇÃO. SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA QUE PRESCINDE DE LIQUIDAÇÃO. PRETENSÃO EXECUTIVA EXTINTA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO."

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega, além de dissídio jurisprudencial, violação ao art. 475-B do Código de Processo Civil de 1973, ao argumento, entre outros, que *"(...) a hipótese reclama para o devido cumprimento, a modalidade denominada na doutrina de simples cálculo, que, em verdade, dispensa a instauração de procedimento incidental de liquidação, cuja previsão encontra correspondência no CPC 475-B, e que foi flagrantemente vulnerado pelo acórdão recorrido (...)"*. (fl. 433)

Contrarrazões às fls. 447-451.

É o relatório. Decido.

De início, tendo em vista que o recurso especial foi interposto contra acórdão publicado anteriormente à entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil, aplica-se ao caso o Enunciado Administrativo n.º 2 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com*

fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça."

O recurso em apelo não merece prosperar.

Com efeito, ao apontar violação ao art. 475-B do CPC/73, o recorrente defende a tese de que o valor da condenação depende de simples cálculos aritméticos, de modo que se mostra cabível o cumprimento de sentença na forma do 475-J do mesmo diploma processual.

Por sua vez, o TJ-BA, com arrimo no acervo fático-probatório, consignou ser incabível o cumprimento de sentença, pois o valor da condenação não foi determinado, dependendo, por isso, de liquidação, uma vez que o simples cálculo aritmético não é capaz de determinar o valor da condenação. Confira-se excerto do v. acórdão estadual (fl. 421):

"2. Da análise dos autos, verifica-se que o trâmite processual foi devidamente observado, bem como a sentença ora analisada não carece de formalidades, tendo sido a matéria ora controvertida analisada e fundamentada, não merecendo qualquer reparo, visto que o Juiz sentenciante decidiu em conformidade com a legislação vigente.

Com efeito, o cumprimento da sentença, no caso, dar-se-á através do disposto no artigo 475-A, do CPC, isso porque a sentença exequenda não determinou o valor devido, dependendo, por isso, de liquidação, uma vez que simples cálculo aritmético não é capaz de determinar o valor da condenação." (grifou-se)

Da leitura do excerto ora transcrito, verifica-se que a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal de origem, no tocante à necessidade de liquidação em razão da falta de liquidez da condenação, ensejaria o revolvimento do suporte fático-probatório, o que é inviável em sede de recurso especial, conforme dispõe a Súmula n. 7/STJ. Nessa linha de intelecção, confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DOS EMBARGANTES.

(...)

3. A análise dos fundamentos que ensejaram o reconhecimento da liquidez, certeza e exigibilidade do título que embasa a

execução, exige o reexame probatório dos autos, procedimento inviável por esta via especial, ante o óbice da Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno desprovido."

(AgInt no AREsp 1520400/SC, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 29/10/2019, DJe 11/11/2019 - grifou-se)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA À SÚMULA 123 DO STJ. NÃO OCORRÊNCIA. EMPRESARIAL. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO EXTRAJUDICIAL. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. AUSÊNCIA DE LIQUIDEZ E CERTEZA DO TÍTULO. REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7/STJ. SUSPENSÃO DA AÇÃO. ART. 18, ALÍNEA D, DA LEI 6.024/1974. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

(...)

5. A revisão das conclusões estaduais demandaria, necessariamente, o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada na via estreita do recurso especial, ante o óbice disposto na Súmula 7/STJ.

(...)

7. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1101924/RS, Rel. **Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/05/2019, DJe 24/05/2019 - grifou-se)

Por fim, tem-se que o entendimento atual desta Corte é no sentido de que a incidência da Súmula 7 do STJ é óbice também para análise do dissídio jurisprudencial, o que impede o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional.

A propósito, vide o seguinte precedente:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZATÓRIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DANOS MATERIAIS. RESPONSABILIDADE. ALTERAÇÃO. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

(...)

3. É impossível conhecer da alegada divergência interpretativa, pois a incidência da Súmula 7 do STJ na questão controversa apresentada é, por consequência, óbice também para a análise do apontado dissídio, o que impede o conhecimento do recurso pela alínea c do permissivo constitucional.

4. Agravo interno a que se nega provimento."

Superior Tribunal de Justiça

(AgInt no AREsp 1237811/MG, Rel. **Ministro LÁZARO GUIMARÃES** (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 14/08/2018 - grifou-se)

Com essas considerações, conclui-se que o apelo não merece prosperar.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator